



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Memória de Reunião**  
Comitê de Governança Estratégica - CGE

<b>DATA:</b>	29/04/2021	
<b>LOCAL:</b>	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Térreo, Sala T10	
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>
1.	Anderson Gustavo Torres	GM
2.	Antonio Ramirez Lorenzo	GM
3.	Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
4.	Márcio Nunes de Oliveira	SE
5.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
6.	David de Lima Freitas	SPO
7.	Rogério Xavier Rocha	SAA
8.	Rodrigo Lange	DTIC
9.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
10.	Josélio Azevedo de Sousa	SEGEN
11.	Juliana Oliveira Domingues	SENAACON
12.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
13.	Carlos Renato Machado Paim	SENASP
14.	Jeferson Lisboa Gimenes	SEOPI
15.	Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
16.	Paulo Gustavo Maiurino	PF
17.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
18.	Mariana Boabaid Dalcanale Rosa	CADE
19.	Katia de Queiroz Domingues Baroni	OUV
20.	Jean Coelho	PRF
21.	Diego Mantovaneli do Monte	DEPEN
22.	Paula Araújo Corrêa	COREG
23.	Clelcimar Santos Rabelo de Sousa	SEOPI
24.	Claudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
25.	Priscilla Oliveira	SENASP
26.	Saulo de Tarso S. Silva	SEOPI
27.	Eduardo Muniz	PRF
28.	Wellington C. P. Silva	PF
29.	Rodrigo de Sousa Alves	FUNAI
30.	Cristina Luisa Hedler	SENAD
31.	Giovanni Magliano Jr.	SENAD
32.	Gilmar Araujo de Sousa	SPO
33.	João Bosco Teixeira	CONJUR

34.	Carolina Dias da Silva Laert	ASCOM
35.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
36.	Bruna Ignacio Moreira	CGGE
37.	Juliana Coelho Antero	CGGE
38.	Aline Rosa Roriz	CGGE

**PAUTA:**

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: GM, SENAD e SEOPI;
4. Reunião de Avaliação da Estratégia de Junho – Revisão quadrimestral / Projetos prioritários ;
5. Carteira de políticas públicas;
6. Informe SPO/SE;
7. Informe AECL;
8. Informe DTIC/SE;
9. Encaminhamentos.

**DELIBERAÇÕES**

1. O Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, deu início à reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP informando acerca do trabalho a ser desenvolvido pela alta gestão, voltado para a apresentação de resultados. Mencionou que o Ministro e sua equipe vem se inteirando de temáticas do órgão, sendo identificada a necessidade de união e concentração de esforços para que sobreposições e sombreamentos sejam evitados nas realizações de atividades das diversas unidades do MJSP. Na sequência, apresentou brevemente a pauta da reunião.
2. A Corregedora-Geral do MJSP, Sra. Paula Corrêa, iniciou o monitoramento do Planejamento Estratégico com a apresentação do Projeto Serpico, concluído em outubro de 2020. O projeto estratégico teve como objetivo instituir mecanismo de registro, acompanhamento e avaliação, em âmbito nacional, dos órgãos de correição, permitindo ao Ministério exercer a competência estabelecida no §1º do art. 8º do Decreto nº 9.489/2018, bem como aperfeiçoar e garantir a independência dos órgãos de controle interno correitorias e habilitar os órgãos para realizar sindicâncias patrimoniais e acessar informações de operações financeiras atípicas. As principais entregas do projeto foram: criação do Fórum Nacional de Corregedorias do SUSP – CorSUSP (Decreto 10.158/2019); ii) Manual de Boas Práticas das Corregedorias do SUSP; iii) elaboração de Minuta de Decreto para criação do instrumento de Sindicância Patrimonial - SINPA nos estados; e iv) Curso de Análise e Investigação Patrimonial – EAD SEGEN. Destacam-se com resultados e benefícios à sociedade uma maior efetividade e eficiência na apuração de responsabilidade de agentes de segurança pública de todo o país, conferindo maior integridade às instituições envolvidas e um incremento nas ações de combate à corrupção pelas correitorias do SUSP, por meio do aperfeiçoamento de profissionais na investigação e análise patrimonial de agentes. Dentre os pontos fortes do projeto, podem ser mencionados o envolvimento da alta gestão, a integração entre diversas áreas do Ministério e o contato das unidades de correição com o Ministério para orientação das atividades de apuração nos Estados. Os desafios identificados ao longo de sua execução foram a descontinuidade do projeto pelas sucessivas alterações de responsáveis pelo desenvolvimento das atividades em cada área do MJSP; a ausência de informações públicas para identificação e contato com os representantes das unidades de correição dos Estados; e a adesão das unidades correitorias aos parâmetros propostos pelo CorSUSP junto alta gestão de cada Estado.
3. Dando continuidade ao monitoramento, o Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Sr. Luiz Roberto Beggiora, apresentou os resultados do projeto estratégico Alienação de ativos em todo o Brasil. O projeto foi finalizado em dezembro de 2020 e teve como objetivo expandir o modelo de alienação de ativos, baseado na criação de rotinas eletrônicas para recolhimento de informações sobre bens perdidos, criação de comissões de alienação, avaliação dos ativos e contratação de leiloeiros em todos os Estados do Brasil, além da criação das rotinas de conversão de moedas estrangeiras apreendidas e de alienação de bens imóveis sequestrados e perdidos. Anteriormente, a situação dos bens apreendidos era de deterioração do patrimônio e gastos em pátios e guinchos, a exemplo do estado de São Paulo que no ano de 2018 dispendeu em torno de R\$ 17 milhões com média na maioria dos Estados de R\$ 4 a 5 milhões por ano para manter bens depreciando. Dentre as principais entregas, destacam-se as modificações legislativas importantes, dando ênfase à Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, com diretrizes sobre a Política Nacional sobre Drogas (incluindo a determinação de alienação dos bens apreendidos no prazo de 30 dias), bem como à Medida Provisória nº 885, de 17 de junho de 2019, convertida na Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019, que altera diversos procedimentos para acelerar a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas. Foram credenciados 300 leiloeiros em todo o Brasil, com a expedição de 426 ordens de serviço de alienação de bens, correspondendo a 5.127 ativos. Houve ainda a realização de parceria com órgãos de Administração Pública (Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB para a venda de ativos biológicos, Conselho Federal de Administração – CFA para gestão da venda de empresas e imóveis frutos do crime e Caixa Econômica Federal para a conversão de moeda estrangeiras). A partir da referida parceria com a Caixa, mais de R\$ 80 milhões foram destinados ao cofre do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD. Vale ainda mencionar o *benchmarking* internacional realizado no âmbito do projeto, a partir da parceria com outros países. Além disso, foram obtidos os seguintes resultados: ampliação da média anual de leilões de 8 para 124; de 1.000 bens vendidos para 4.424; de R\$ 40 milhões arrecadados para mais de R\$ 196 milhões, compostos por recursos oriundos de drogas, outros crimes e bens destinados por Estados. Com relação aos pontos fortes do projeto podem ser mencionadas as seguintes ações: aprimoramento tecnológico; capacitação da equipe; contratação de leiloeiros; criação de comissões estaduais; aproximação entre SENAD Conselho Nacional de Justiça – CNJ para a integração de sistemas; transparência de dados e informações na página oficial SENAD; apoio na divulgação do projeto junto imprensa; e parcerias com atores estrangeiros. Já os pontos fracos foram as ausências de adequado sistema informatizado de gestão de ativos, de integração entre os sistemas do MJSP, do Poder Judiciário e das Polícias, de canal de vendas online, além de grandes dificuldades no desembarço de veículos leiloados.
4. O Secretário-Executivo fez uso da palavra para parabenizar as unidades pela execução dos projetos finalizados que tiveram seus resultados apresentados na ocasião, indo a encontro das diretrizes do Ministro, com projetos de objetivos e resultados claros.
5. Em seguida, o Secretário de Operações Especiais, Sr. Jefferson Lisboa Gimenes, deu continuidade ao monitoramento, contextualizando o projeto Programa VIGIA e convidando Coordenador-Geral de Fronteiras, Sr. Saulo de Tarso, para apresentar o andamento do projeto, cujo objetivo é fortalecer a prevenção, a vigilância, a fiscalização e o controle nas fronteiras, por meio da implantação de ações integradas de produção e difusão de conhecimento, assim como de operações, com foco na repressão aos ilícitos transfronteiriços e no enfrentamento às organizações e associações criminosas. Pretende-se, assim, aumentar a presença do Estado e a efetividade do controle nas fronteiras e divisas, com integração das atividades de inteligência e operacionais das instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais, de defesa, de fiscalização e controle que atuam na faixa de fronteiras e divisas do país. O programa já foi implementado nos 11 Estados de fronteiras do país, começando com o Paraná em 2019. Já foram obtidos como resultado cerca de R\$ 3 bilhões de prejuízo aos criminosos, com apreensão de 116,3 milhões de maços de cigarro, 909,3 toneladas de drogas, 455 embarcações, 4.864 veículos, 7.99 criminosos presos e R\$ 557 milhões de prejuízo evitado aos cofres públicos. Com relação ao indicador Quantidades de operações integradas planejadas e coordenadas, 1 operações já foram realizadas, com previsão de mais 2 no primeiro semestre de 2021, frente à meta anual de 20 operações.
6. Dando continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, falou sobre a Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE do Planejamento Estratégico 2020-2023, referente ao mês de junho de 2021. A oportunidade de adequação da estratégia terá como escopo inclusão, exclusão e alteração de projetos, bem como de indicadores, com exceção daqueles inseridos como resultados intermediários no Plano Plurianual – PPA. A fim de se obter uma melhor qualificação das propostas a serem apresentadas e suas análises, decidiu-se antecipar o início do ciclo de revisão para o mês de maio. O ofício será enviado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPPO às unidades com a referida demanda, com prazo para resposta até o dia 14 de maio de 2021.
7. Mencionou ainda que, como de conhecimento de todos os presentes, alguns projetos são acompanhados no âmbito da Presidência da República - PR (ex.: ComprasSUSP, ABI Nacional e Inteligência Analítica – Big Data), além de outros projetos do MJSP que não compõem a carteira do planejamento estratégico, porém são investimentos previstos no Plano Plurianual – PPA 2020-2023 (Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas- RS; e Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses. Reforçou que tais projetos necessitam de maior atenção e monitoramento constante de seus dados e suas entregas. Assim, ficou pactuado com os pontos focais das unidades que os projetos deverão ser atualizados todo dia 10 de cada mês ou a qualquer novo fato relevante.
8. Com relação à carteira de políticas públicas, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento informou ser um rol exaustivo de políticas públicas a serem implementadas pelo Ministério e quando necessária a criação de uma nova política, deve ser submetida à apreciação e validação do CGE. O referido documento encontra-se em processo de revisão e solicitou que cada titular, em especial aqueles novos dirigentes, se aproprie das propostas de suas respectivas unidades para realizar eventuais ajustes e posterior validação. As devolutivas deverão ser encaminhadas de acordo com orientações a serem enviadas às unidades pela Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional CGGE/SPO/SE/MJSP. Aproveitando o ensejo, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, reforçou que a carteira de políticas públicas representa para as secretarias finalísticas delimitação em suas atuações, garantindo maior controle. Os titulares podem inserir ou mesmo excluir políticas, mas seguindo as metodologias oficiais estabelecidas

- (avaliação *ex ante* e *ex post*) para posterior incorporação no mapa de atuação do MJSP. Atualmente, a Pasta possui 73 políticas públicas, com 38 delas detalhadas, representand 52%.
9. Na sequência, o Sr. David Freitas abordou acerca das questões orçamentárias do Ministério, incluindo intercorrências na aprovação da proposta e articulação junto ao Ministério da Economia relativo aos valores bloqueados. Conforme a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021, ocorreu uma redução significativa dos valores inicialmente propostos pelo MJSP durante a elaboração do PLOA 2021. Na ocasião, solicitou disponibilidade das unidades: nesta data, em caso de contato da SPO relacionados a eventuais bloqueios de valores de modo a não prejudicar ações importantes. Informou ainda que o Congresso Nacional alocou no orçamento do MJSP aproximadamente R\$ 451 milhões, a partir de 241 Emendas impositivas individuais e 21 Emendas impositivas de bancada.
  10. Por fim, comunicou que o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, sendo uma despesa obrigatória, não será impactado com cortes ou bloqueios. Assim, há uma estimativa de pouco mais de R\$ 722 milhões a serem repassados aos Estados em 2021, além de valor semelhante para a implementação direta de política pública. No mesmo cenário, Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN tem como estimativa o repasse de R\$ 115 milhões aos Estados à título de despesa obrigatória. Em relação ao superávit financeiro, er decorrência da EC nº 109, de 15 de março de 2021, o Ministério da Economia poderá destinar o recurso para o pagamento da dívida pública, impactando tanto o FNSP, quanto FUNPEN e o Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD, com recolhimento de valores. Destacou ainda os resultados do aprimoramento da gestão dos recursos dos Fundos pel MJSP, arrecadados com a remuneração de recurso aplicado, superando os anos de 2018 e 2019.
  11. O Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, abordou sobre o tema gerenciamento de riscos, explanando brevemente sobre o fluxo e as instâncias de aprovação d Plano de Gerenciamento dos Riscos, a saber: i) o Gestor é responsável pelo processo de gerenciamento: conclui o mapeamento e encaminha para aprovação; ii) a Unidade d Gestão, Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos – UGGIRC aprova e envia para análise e validação; iii) o Comitê de Gestão, Governança, Integridade, Riscos Controles Internos – CGGIRC analisa e submete para validação; e iv) o Comitê de Governança Estratégica – CGE valida o plano. O panorama do mês de março aponta que dentr os 69 processos de trabalho obrigatórios relacionados ao planejamento estratégico, 34 deles já se encontram registrados no Sistema AGIR. De acordo com a DN TCU nº 194, d 12 de abril de 2021, o prazo estabelecido para publicação de informações relativas à prestação de contas do exercício 2020 e 2021, nos sítios oficiais, foi prorrogado para o di 30 de junho. Desse modo, ficou também ampliado o prazo para finalizar o trabalho de gerenciamento de riscos dos processos de trabalho obrigatórios vinculados a planejamento estratégico. As unidades serão comunicadas via processo SEI do novo prazo indicado.
  12. Dando continuidade, o Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Rodrigo Lange, informou sobre o andamento do novo contrato de Licenciamento Microsoft, cor assinatura prevista para a próxima semana, sendo solucionada a situação de alguns servidores sem licenciamento. Destacou que o processo de contratação foi realizado d forma conjunta entre Ministério, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Polícia Federal – PF e Polícia Rodoviária Federal PRF, com consideráveis ganhos de escala. Outro informe registrado pelo Diretor refere-se à aquisição e distribuição de computadores. Em 2020, o MJSP aderiu a um processo d contratação pela Central de Compras do Ministério da Economia para aquisição de novos computadores mais potentes, porém o referido item foi cancelado. O Ministério est: no entanto, recebendo algumas máquinas intermediárias, a serem usadas para casos emergenciais. Novo processo de contratação foi iniciado. Por fim, comunicou que orçamento da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC não foi contemplado na sua totalidade, com isso não será possível fazer frente às despesas d desenvolvimento de sistemas e distribuição de computadores, o que anteriormente eram feitas com orçamento próprio, sendo necessário o rateio dessas despesas com as área demandantes.
  13. Finalizando a pauta, o Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, informou acerca do envio do processo SEI de monitoramento para coleta dos indicadores e atualizaçã do andamento dos projetos estratégicos, com prazo até o dia 10 de maio. Informou também que o monitoramento qualitativo das entregas efetivas de projetos estratégicos, outras relevantes, e dificuldades (para os próximos 60 dias), terá o mesmo prazo, 10 de maio. Além disso, mencionou que, a partir de maio, será instituído um nov monitoramento a ser informado mensalmente pelas unidades no mesmo prazo do dia 10 de cada mês. Será disponibilizada planilha com informações a serem atualizadas dc projetos prioritários da Presidência da República, oportunamente.
  14. Indicou as unidades que apresentarão os resultados de 1 projeto e 1 indicador na próxima reunião ordinária mensal, quais sejam: i) Secretaria Nacional de Segurança Pública SENASP: projeto “Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública – Pró-Vida” e indicador “Quantidade de condenados cadastrados no Banc Nacional de Perfis Genéticos”; ii) Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON: projeto “Disponibilização do sistema Recall.gov.br” e indicador “Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br”; e iii) Secretaria-Executiva: projeto “Segurança da informação e privacidade” e indicador “Percentual de disponibilidade dc serviços estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação”.
  15. Antes de encerrar a reunião do Comitê, o Secretário-Executivo abriu a oportunidade para aqueles que desejassem apresentar pontos relevantes e pertinentes. O Assess Especial do Ministro, Sr. Marcos Paulo, colocou a assessoria à disposição para apoiar e colaborar com as principais demandas e urgências das unidades do MJSP. A Diretora-Ger: do Arquivo Nacional, Sra. Neide de Sordi, também fez uso da palavra ao solicitar a inclusão do projeto Super BR dentre os projetos prioritários do MJSP acompanhados pela PF sistema desenvolvido para substituir o SEI no âmbito da Administração Federal. De acordo com a Diretora-Geral, o projeto já é monitorado pela Presidência, no entanto n âmbito do Ministério da Economia. Dessa forma, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, informou que os projetos que compõem o rol de prioritário são selecionados pela própria Presidência da República, cabendo ao MJSP apresentar a proposição para que seja avaliada a inclusão. O Diretor-Executivo da PRF, Sr. Jean Coelho trouxe a informação de que o projeto estratégico Alerta Brasil 3.0 compunha o rol de prioritários da PR anteriormente, tendo dúvidas se o projeto havia sido excluído. Assim, Sr. David Freitas esclareceu que o Alerta Brasil 3.0 ainda compõe a lista completa de projetos prioritários da PR. O Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Sr. Luiz Robert Beggiora, mencionou que anualmente se comemora a Semana Nacional de Combate às Drogas e que, para a realização do evento neste ano, pretende-se envolver participação da SEOP, juntamente com os Estados que integram o Programa Vigia, bem como PF e PRF, para a apresentação de resultados no combate às drogas, com a devid atenção aos protocolos e restrições devido à pandemia.
  16. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, expressou seu contentamento na utilização do presente fórum para que os titulares troquem experiências, em especi: nos momentos finais, para que apresentem pautas de interesse coletivo.
  17. Encaminhando para o término da reunião, o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, fez uso da palavra para parabenizar o trabalho que ver sendo desempenhado pelas unidades e incentivar a busca para promover encontros específicos de conhecimento mais detalhados de suas respectivas ações. Ressaltou esforço que deverá ser direcionado para promover entregas relevantes que gerem valor agregado para a sociedade, reforçou a fala inicial do Secretário-Executivo da importânci de todas as unidades do Ministério atuarem de forma conjunta, em sintonia, integrada, com opiniões, foco e atuações convergentes. Além disso, reforçou a importância d fortalecer a integração com os outros órgãos da Administração Pública.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 20/05/2021, às 12:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 20/05/2021, às 14:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **KATIA DE QUEIROZ DOMINGUES BARONI, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Substituto(a)**, em 20/05/2021, às 14:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 20/05/2021, às 15:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Luisa Hedler, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 20/05/2021, às 15:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 20/05/2021, às 16:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 21/05/2021, às 10:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do



Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Diretor(a) de Gestão de Ativos**, em 21/05/2021, às 17:38, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO MANTOVANELI DO MONTE, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN**, em 24/05/2021, às 16:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 24/05/2021, às 18:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 25/05/2021, às 15:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON GUSTAVO TORRES, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 25/05/2021, às 18:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 26/05/2021, às 10:38, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Gustavo Maiurino, Usuário Externo**, em 28/05/2021, às 10:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Araujo de Sousa, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 03/06/2021, às 21:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Zilio da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 04/06/2021, às 11:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 07/06/2021, às 11:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 09/06/2021, às 17:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 10/06/2021, às 18:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoero, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 16/06/2021, às 19:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 18/06/2021, às 10:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Dias da Silva, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro**, em 21/06/2021, às 14:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 21/06/2021, às 15:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 22/06/2021, às 13:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JURUÉBI DE OLIVEIRA JÚNIOR, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 23/06/2021, às 16:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 01/07/2021, às 14:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14702032** e o código CRC **CA70E320**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acao-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.